

**Enquanto a paz avança em Angola, as negociações entre o Governo moçambicano e a Renamo desenvolvem-se com exasperante lentidão. Um sinal de optimismo vem de Maputo, onde o presidente Chissano falou a «O Jornal». Em Lisboa a história é outra: quem agarra a «pole position» — Cavaco e o seu Executivo de acelerações ou Soares F1?**

Joaquim Chissano

# 'Nós até começámos primeiro...'

Ele acredita que a sexta ronda das negociações de Roma poderá ser a última

Augusto de Carvalho  
Maputo

**O** MUNDO, e sobretudo o nosso povo, já não compreende que se continue a combater. Palavras de Joaquim Chissano, presidente da República Popular de Moçambique, pronunciadas no passado dia 31 de Maio, quando se estava apenas a uma hora da assinatura em Lisboa dos acordos de paz para Angola.

Chissano estava descontraído, alegre mesmo, apesar de pela enésima vez terem sido sabotados os postes condutores de energia para Maputo, o que deixou a maioria da população sem poder ver a cerimónia de Lisboa, transmitida directamente pela televisão local.

A conversa, que seria longa, começou precisamente pela paz em Angola.

Joaquim Chissano lembrou que todo o processo angolano se apresentava, no início, bem mais complicado do que o moçambicano: havia o problema dos cubanos, havia a intervenção da África do Sul, havia uma relação muito diferente com os americanos. Apesar de tudo, eles já chegaram a bom termo, «enquanto nós...».

«E Moçambique começou primeiro as negociações...»

## Somós um país soberano

— Mas, senhor presidente, quais as exigências da Renamo que o seu Governo não aceita?

«Nós, por exemplo, não podemos aceitar de maneira nenhuma ser tratados como um país não independente ou como um governo que carece de legitimidade.

«Fomos reconhecidos pela comunidade internacional como Estado soberano, o poder foi transferido para a Frelimo, que, bem ou mal, o tem exercido até agora. São aspectos de que não podemos prescindir de forma alguma.»

Na sua opinião não é correcto invocar-se o caso da Namíbia para exigir determinados pressuostos.

«A Namíbia não era um país independente, era uma colónia, administrada por mandato das Nações Unidas.»

Quisemos saber a que é que Joaquim Chissano se referia em concreto, que tipo de exigências teriam sido feitas pela Renamo, em Roma, nesta sexta ronda negociadora, que pudessem chocar contra a soberania e a legitimidade do governo. Joaquim pediu desculpa,

dizendo que não podia ir mais além, pois todos, mediadores e partes, se haviam comprometido a não entrar em pormenores enquanto as negociações estivessem a decorrer.

A margem desta conversa com Joaquim Chissano conseguimos apurar, após telefonemas para Roma, contactos com meios diplomáticos e troca de impressões com elementos da Frelimo e da Renamo, que na discussão da Lei reguladora da constituição e actividade dos partidos políticos, a Renamo desejaria que a inscrição dos nomes necessários para a sua criação fosse feita através de uma comissão internacional, sob os auspícios da ONU, ou então por ela supervisada. Por outro lado, a Renamo acha demasiado o número de cem assinaturas por província exigidas pela actual lei para a inscrição dos partidos. Para a Renamo seria suficiente uma assinatura.

Joaquim Chissano, referindo-se aos acordos do Estoril, afirmou que eles são resultado de uma longa caminhada em cujos passos decisivos colaboraram os próprios moçambicanos. Isto ao responder à pergunta que lhe pusemos sobre se os acordos do Estoril poderiam servir de modelo para os de Roma.

«Não se trata de modelos. O próprio modelo angolano, tem muitas achegas nossas, foi construído, também, com a nossa cooperação, muitos itens foram discutidos conosco.»

Joaquim Chissano elogiou o papel dos mediadores e exaltou a parte portuguesa.

## Sexta ronda pode ser terminal

— Para quando, sr. presidente, o fim das negociações de Roma?

«Pela nossa parte desejamo-lo o mais rápido possível, para depois fazermos eleições e entrarmos na normalidade democrática com os partidos a funcionarem em pleno. Estamos prontos para que desta ronda saia o acordo de paz. Temos todos os *dossiers* estudados e todas as pessoas nomeadas e preparadas para discutirem as questões. Alguns encontram-se em Roma, outros podem seguir imediatamente, logo que seja necessário.»

Mas as questões militares ainda não começaram a ser discutidas. Chissano entende que tem de haver um exército nacional, único e apertado, e que o governo está disposto a discutir com a Renamo este tema e a aceitar que no futuro exército sejam integrados ho-



mens seus.

«Só que se trata de um exército apertado, é muito natural que depois de amanhã entrem a fazer parte das Forças Armadas homens de todas as tendências políticas e não apenas da Renamo e da Frelimo.»

«Neste ponto, os acordos em termos de repartição de homens durará pouco tempo, tendo em conta a dinâmica das novas incorporações.»

Joaquim Chissano fala num exército altamente profissionalizado. «Ainda não é claro se devemos ou não continuar com o Serviço Militar Obrigatório. Talvez tenhamos que procurar outros caminhos.»

## Concentração de poderes

— E verdade, senhor presidente, que os partidos na sua fase de instalação tem feito conferências de imprensa com inteira liberdade. Há, no entanto, um ponto, na nova Constituição que todos os seus opositores criticam com dureza: a demasiada concentração de poderes na pessoa do chefe de estado. O presidente da República pode dissolver a Assembleia, no caso de esta se recusar a aprovar o programa do governo, o poder judicial depende na sua cúpula da nomeação do chefe do estado e bem assim as hierarquias superiores das Forças Armadas e Forças de Segurança e da Polícia. Por outro lado, a Assembleia, órgão legislativo por excelência, reúne, apenas, duas

vezes, por ano, a não ser que seja convocada extraordinariamente. O chefe de Estado, diz a oposição, passa a ser um senhor todo poderoso, sem mecanismos eficientes capazes de controlar a sua acção.

«Não é verdade. É necessário ler todos os artigos da Constituição para verificar que existe uma harmonia legislativa que se traduz no exercício do poder em regime democrático. O presidente é coartado por uma série de disposições. Diz-se, por exemplo, que é ele quem nomeia o juiz do Supremo, mas não se fala das condições que a lei lhe impõe para essa nomeação, lei que há-de regulamentar a matéria em causa e que, depois da nomeação, ele actua com plena independência, segundo o seu próprio estatuto. O mesmo se diga para a dissolução da Assembleia.»

«Nós, por enquanto, optámos, em consequência do voto do povo, por um tipo de Constituição presidencialista. Muitos outros países, universalmente reconhecidos como democracias, o fazem e fizeram.»

«Quanto ao facto de a Assembleia se reunir apenas duas vezes por ano em sessões ordinárias, não se diz que essas reuniões duram apenas dois dias.»

«A Assembleia é que determinará quanto tempo precisa de estar reunida, para o que deve ter em conta também as possibilidades reais do seu orçamento.»

— Mas estes orçamentos,

saem sempre do Orçamento Geral do Estado...

«Só que esse orçamento não é ilimitado.»

## A Frelimo e a família socialista

— Vem aí o Congresso do Partido Frelimo: será um dos candidatos a presidente do Partido?

«Os candidatos são escolhidos pelo Comité Central.»

Joaquim Chissano diz que ainda falta algum tempo, será em Agosto, mas que o Congresso vai ser democrático. Garante-o com a sua palavra e diz mesmo que pode haver diversos candidatos, que quem quiser se pode candidatar e que o voto vai ser secreto e que, evidentemente, se podem formar *lobbies* e que, neste caso, ele próprio se empenharia também numa solução eleitoral.

— É verdade, senhor presidente, que já foi solicitado o ingresso da Frelimo na Internacional Socialista?

«Sempre tivemos muito boas relações com partidos membros da Internacional Socialista: o partido de Olof Palme, por exemplo, o Partido Social Democrata alemão, o PS e o PSD italianos, o Partido Socialista francês, já esteve aqui uma missão da Internacional Socialista chefiada por González, do PSOE. Entendemos que temos de aprofundar esta nossa relação e chegarmos à formalização da nossa adesão.»

Nestes dias esteve, aqui, no Maputo, uma missão do Partido Socialista português, chefiada por Almeida Santos e foi o próprio Almeida Santos quem nos disse que o PS advogaria a entrada da Frelimo na IS. Seria necessário deixar passar mais algum tempo de prática política, mas, segundo Almeida Santos, a Frelimo pode contar com os bons ofícios dos socialistas portugueses.

## Relações com o PS português

— Senhor presidente, falou em relações privilegiadas com partidos socialistas europeus, mas não mencionou o PS português. Foi de propósito?

«Não, o PS é de mais recente formação e sempre tivemos relações boas. O seu secretário-geral, dr. Mário Soares, foi um dos signatários dos Acordos de Lusaca, que formalizaram a independência de Moçambique. O PS tem enviado delegações aos nossos congressos e nós aos deles. O actual Presidente da República é um amigo e ele foi um dos principais fundadores do PS. Ainda agora nos visitou uma missão chefiada pelo dr. Almeida Santos, que me entre-

gou uma mensagem muito calorosa do dr. Jorge Sampaio. A delegação foi convidada pela Frelimo, embora o dr. Almeida Santos também tenha vindo a meu convite. Ele viveu aqui muito tempo, conheceu os nossos problemas e é nosso amigo, e nem precisa de uma razão especial para vir cá.»

## Empresariado que deseja voltar

— Alguns empresários que aqui trabalhavam antes da independência parecem agora interessados em voltar e retomar as empresas que aqui deixaram. Sendo impossível a sua retoma pura e simples, qual a filosofia a este tipo de empresariado?

«Somos um país soberano, com leis e ordenamento jurídico próprio. Todos os portugueses serão bem-vindos desde que dispostos a enquadrarem-se na nossa actividade. Alguns dos que se foram embora por altura da independência já regressaram, e aqui se reinstalaram negociando a sua implantação, e por vezes, até nas mesmas empresas que deixaram. É esta a nossa filosofia.»

— Senhor Presidente, no capítulo da liberdade de informação já existem algumas condições de fundo para o seu desenvolvimento, mas quanto a mim falta uma outra que não parece essencial: a multiplicidade dos órgãos de informação, já que o seu número é demasiado exíguo e a propriedade, por enquanto, concentra-se nas mãos do Estado. Advoga a concessão de subsídios para o aparecimento de novas publicações nas mãos de outros proprietários?

«Não está por enquanto na nossa mente advogar a concessão de redes de televisão ou estações de rádio privadas.»

Joaquim Chissano argumentou com o melindre destes meios de comunicação que, em muitos países, sobretudo a televisão, continuam nas mãos do Estado.

«Depois, o mercado publicitário entre nós, é muito restrito e começa agora a ensaiar os primeiros passos, fruto de uma economia débil. Como se pode neste ambiente criar diversos canais de rádio ou de televisão?»

Quanto aos subsídios, Joaquim Chissano, não parece muito disposto a fomentá-los, esperando que surjam os jornais a partir da iniciativa privada, mas sem recurso aos direitos do Estado.

«Que não tem para o essencial, como sabe», rematou Joaquim Chissano.